

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	20
Demonstração do valor adicionado	21

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional	2
2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis adotadas	3
3. Gestão do risco	15
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
5. Contas a receber.....	21
6. Estoques.....	22
7. Impostos a recuperar	22
8. Depósitos judiciais	22
9. Créditos a receber.....	23
10. Investimentos.....	23
11. Imobilizado	24
12. Intangível	26
13. Financiamentos	29
14. Debêntures	31
15. Fornecedores	33
16. Salários e encargos a recolher	33
17. Impostos e contribuições a recolher	34
18. Contas a pagar – Aquisições de empresas	35
19. Imposto de renda e contribuição social – Diferido	35
20. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	37
21. Compromissos	39
22. Partes relacionadas	40
23. Patrimônio líquido.....	41
24. Benefícios a empregados	43
25. Receita de prestação de serviços.....	45
26. Custo dos serviços prestados.....	45
27. Despesas gerais e administrativas	45
28. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	46
29. Resultado financeiro	46
30. Lucro por ação	47
31. Informações por segmento de negócios	48
32. Cobertura de seguros	49

1. Contexto operacional

1.1 – A Companhia

O Fleury S.A. (“Fleury”, “Controladora” ou “Companhia”, e, em conjunto com suas controladas, “Grupo Fleury” ou “Grupo”) é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código “FLRY3”. Com sede na cidade de São Paulo, atua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal.

Sua atividade tem por objetivo a prestação de serviços médicos na área de diagnósticos, tratamentos e análises clínicas, podendo participar em outras empresas como sócio, acionista ou cotista, bem como criar condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da Medicina.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 144 unidades de atendimento e 17 operações em hospitais nos principais centros econômicos brasileiros, distribuídas entre as operações de seis marcas: Fleury, Weinmann, Clínica Felipe Mattoso, a+, Labs a+ e Diagnoson a+.

1.2 – Combinação de Negócios

1.2.1 – Labs Cardiolab

Em 6 de agosto de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou em sessão de julgamento a aquisição da Labs Cardiolab Exames Complementares S.A. (“Labs Cardiolab”), por Fleury, condicionada à assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), pelo qual a Companhia se comprometeu com as seguintes obrigações:

(i) alienar um conjunto de ativos localizados no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que conjuntamente obtiveram, em 2013, receita aproximada de R\$28.000.

(ii) não participar, pelo prazo de três anos, de qualquer fusão ou incorporação, aquisição, direta ou indireta, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, ou controle ou parte(s) de uma ou mais empresas atuantes nos seguintes mercados de SAD (Serviço Auxiliar Diagnóstico) no município do Rio de Janeiro: (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e (vi) densitometria óssea.

(iii) não celebrar, pelo prazo de três anos, contratos associativos, consórcios ou de joint ventures com outros laboratórios de SAD que atuem no município do Rio de Janeiro, que prestem os seguintes exames no município do Rio de Janeiro: (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e (vi) densitometria óssea.

(iv) submeter, pelo prazo de dois anos contados do decurso do prazo de três anos, estabelecido nas obrigações (ii) e (iii) acima, à aprovação prévia do CADE qualquer operação descritas nas obrigações (ii) e (iii) acima envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos mercados relevantes de (i) ressonância magnética, (ii) tomografia, (iii) ultrassonografia, (iv) ecocardiograma, (v) mamografia e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) densitometria óssea, no município do Rio de Janeiro, mesmo que não se enquadrem nos requisitos legais de notificação obrigatória.

Em atendimento ao TCD firmado com o CADE, a Companhia, na qualidade de vendedora, celebrou em 3 de setembro de 2015, com a Rise do Brasil Participações Ltda. contrato de compra e venda da totalidade das quotas da empresa Cruzeiro do Sul Medicina Diagnóstica Ltda., detentora do conjunto de ativos localizados no município do Rio de Janeiro. O CADE publicou em 20 de outubro de 2015 despacho da decisão que aprovou, sem restrições, esta operação.

Em 5 de novembro de 2015 com o cumprimento das condições precedentes contidas no contrato de compra e venda foi concluída a alienação das quotas da empresa Cruzeiro do Sul pelo valor final de R\$ 19.000. O resultado da operação está demonstrado a seguir:

Valor de venda final	19.000
Despesas com venda	(1.227)
Investimento na empresa Cruzeiro do Sul	(6.092)
Ágio	<u>(10.903)</u>
	<u>778</u>

O resultado da venda foi um ganho no montante de R\$778 registrado na rubrica de Outras receitas operacionais.

Os resultados auferidos pelos ativos da empresa Cruzeiro do Sul não foram apresentados como operação descontinuada por não atender os critérios para classificação para ser considerada uma operação descontinuada.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

Dependendo da norma CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição é utilizado.

Na elaboração das demonstrações financeiras a administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exercício, ou no exercício da revisão e em exercícios futuros, se a revisão afetar tanto exercícios correntes como futuros.

a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) – IAS 1), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

b) Demonstrações financeiras individuais

No balanço patrimonial individual, a participação em controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida.

c) Demonstrações financeiras consolidadas

Transações intercompanhias, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as políticas adotadas pela Companhia.

d) Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As controladas da Companhia, assim como sua participação (direta e indireta), estão demonstradas a seguir:

Empresa	Tipo	Participação no capital social %		Descrição das operações
		2015	2014	
Papaiz Associados Diagnóstico por Imagem S/S Ltda.	Indireta	51%	51%	Operação dental
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados ("Fleury CPMA")	Direta	100%	100%	Concentra as atividades de Diagnóstico por Imagem em certos hospitais

e) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Grupo Fleury foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 02 de março de 2016.

2.2. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16 – "Leases" Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Este pronunciamento deverá ser adotado com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e a mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Companhia está avaliando a adoção desta norma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 15 – “Receita de contrato com cliente” estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam à receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados as atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida apenas para as entidades que reportam em IFRS. A Companhia está avaliando a adoção desta norma.

Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04, “Esclarecimento sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização”, revisão emitida em maio de 2014. Esta alteração da norma tem como objetivo esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3. Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, R\$ é a moeda funcional e de apresentação do Grupo Fleury.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica “Variação cambial de ativos e passivos”.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo Fleury possui instrumentos financeiros classificados nas categorias de: (a) investimentos mantidos até o vencimento, (b) empréstimos e recebíveis.

a) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento compreendem os investimentos em valores mobiliários não derivativos que a Companhia tem habilidade e intenção em manter até a data de vencimento e são registrados inicialmente pelo valor justo, incluindo o custo da transação e posteriormente pelo custo amortizado.

b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo e compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, empréstimos, financiamentos e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivo.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada do Grupo Fleury na cobrança de pagamentos, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo Fleury, menos a provisão para glosa e créditos de liquidação duvidosa.

2.7. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

2.8. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Quando houver excedente da contraprestação paga em relação aos ativos líquidos adquiridos, este valor é registrado como ágio, caso contrário o valor é reconhecido como ganho da demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

2.9. Ativo Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou componentes de ativos pelo método linear, de modo que o valor do custo após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no mínimo anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As taxas médias anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 11.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

2.10. Ativo Intangível

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, do Grupo Fleury desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas na data do balanço patrimonial no final de cada exercício a teste de redução no valor recuperável ou, havendo alguma evidência, esse procedimento poderá ocorrer com maior frequência. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em exercícios subsequentes.

b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada de 10 a 25 anos.

c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11. Impairment de ativos não financeiros, exceto ágio

No fim de cada exercício, o Grupo Fleury revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo Fleury calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda, e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.12. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo Fleury se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo Fleury baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Fleury tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de realizar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo Fleury tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar por aquisição de empresas, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

2.13. Benefícios a empregados

a) Planos de aposentadoria de contribuição definida

Os pagamentos ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

b) Remuneração com base em ações

O Grupo Fleury oferece aos executivos planos de remuneração com base em ações, segundo o qual a Sociedade recebe os serviços dos empregados como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo Fleury sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo Fleury revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições com base na aquisição de direito. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Reserva de Capital - opções outorgadas reconhecidas” que registrou o benefício aos empregados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Participação nos lucros

O Grupo Fleury remunera seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício, frente as metas estabelecidas. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

2.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos.

As provisões para imposto de renda e contribuição social corrente estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável (lucro real) difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque adiciona-se as despesas indedutíveis e exclui as receitas não tributáveis, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Os tributos sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data de cada balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando aplicáveis. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre as exclusões temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as adições temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os tributos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial, exceto para combinação de negócios, se aplicável, de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo Fleury espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando: (a) há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente; (b) quando eles estão relacionados aos tributos administrados pela mesma autoridade fiscal; (c) o Grupo Fleury pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15. Provisões

Ativos, anteriormente tratados como contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível de mensurar. Os ativos contingentes avaliados como de êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando material;

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota 20 “Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis”.

2.16. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo Fleury não detém substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo Fleury detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas como “empréstimos e financiamentos”. Os juros são reconhecidos no resultado durante o exercício do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil estimada do ativo.

2.17. Reconhecimento de receita

O Grupo Fleury reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo Fleury e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo Fleury, conforme descrição a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

a) Prestação de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Valores a faturar”.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo Fleury baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

b) Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método de juros com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

2.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando deliberado com base em balanços intermediários ou ao final do exercício, com base no dividendo mínimo estabelecido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

A despesa financeira dos juros sobre capital próprio é reconhecida nas demonstrações do resultado, para atendimento da norma fiscal, e revertido no mesmo exercício para o patrimônio líquido.

2.19. Reclassificação das cifras comparativas

Em relação aos saldos de 31 de dezembro de 2014, foi efetuada reclassificação do imposto diferido, anteriormente registrado no grupo ativo circulante, para atender as práticas conforme determinado no CPC 32.

Os efeitos dessa reclassificação são demonstrados a seguir:

	Controladora		
	31 de dezembro de 2014		
	Original	Reclassificação	Saldo final ajustado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.010.924		1.010.924
Não circulante	2.196.364	(132.078)	2.064.286
Total do ativo	<u>3.207.288</u>	<u>(132.078)</u>	<u>3.075.210</u>

FLEURY S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	263.664		263.664
Não circulante	1.370.660	(132.078)	1.238.582
Patrimônio líquido	<u>1.572.964</u>		<u>1.572.964</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.207.288</u>	<u>(132.078)</u>	<u>3.075.210</u>

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2014		
	Original	Reclassificação	Saldo final ajustado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	1.017.434		1.017.434
Não circulante	<u>2.192.334</u>	<u>(132.078)</u>	<u>2.060.256</u>
Total do ativo	<u>3.209.768</u>	<u>(132.078)</u>	<u>3.077.690</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	265.081		265.081
Não circulante	1.371.723	(132.078)	1.239.645
Patrimônio líquido	<u>1.572.964</u>		<u>1.572.964</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.209.768</u>	<u>(132.078)</u>	<u>3.077.690</u>

3. Gestão do risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia e suas controladas estão expostas, são riscos financeiros e operacionais, incluindo risco de mercado, câmbio, taxa de juros, crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos.

A supervisão e o monitoramento das políticas estabelecidas são efetuados por meio de relatórios gerenciais mensais.

a) Gestão de capital

Os objetivos do Grupo Fleury ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo Fleury pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, recomprar ações em tesouraria ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

FLEURY S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo Fleury monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e contas a pagar de aquisições de empresas conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Índice de alavancagem financeira

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	990.027	1.038.820
Contas a pagar de aquisições	11.107	18.554
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(624.586)</u>	<u>(505.274)</u>
Dívida líquida	376.548	552.100
Patrimônio líquido	1.656.749	1.572.964
Índice de alavancagem financeira	0,23	0,35

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

b) Riscos financeiros e de mercado

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem contas a receber e contas a pagar a fornecedores contratados em moeda estrangeira (principalmente, o dólar norte-americano). O risco vinculado a estes ativos e passivos decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas pelas flutuações nas taxas de câmbio. Os passivos em moeda estrangeira expostos a esse risco em 31 de dezembro de 2015 representam 0,05% do total do passivo circulante consolidado.

O Grupo Fleury possui ativos em moeda estrangeira (saldo a receber de clientes), em 31 de dezembro de 2015, representando 0,17% do total de contas a receber consolidado, que contribui para a redução de sua exposição perante o contas a pagar de fornecedores contratados em moeda estrangeira.

A Companhia apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2015 (US\$1.00 - R\$3,9042) e 2014 (US\$1.00 - R\$2,6562):

	Consolidado			
	2015	2015	2014	2014
	<u>US\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>US\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Contas a receber	176	688	226	600
Fornecedores	<u>(56)</u>	<u>(220)</u>	<u>(183)</u>	<u>(486)</u>
Exposição líquida	<u>120</u>	<u>468</u>	<u>43</u>	<u>114</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como a TJLP e o CDI, bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à taxa SELIC e TJLP. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Companhia e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer cobertura para esse risco por entender que o risco é mitigado pela existência de ativos indexados em CDI.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Fleury está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, o Grupo registra provisões para garantir o seu valor provável de realização.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa do Grupo Fleury é realizada pela Diretoria de Finanças. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo Fleury para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo Fleury não quebre os limites ou cláusulas dos empréstimos e das debêntures (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em aplicações com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem necessária conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O quadro a seguir analisa os passivos e instrumentos financeiros do Grupo Fleury, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados no quadro a seguir são os fluxos de caixa não descontados contratados e portanto podem não ser conciliados com os valores.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Debêntures	179.343	100.000	600.000	-
Financiamentos (*)	9.225	19.046	18.211	65.168
Fornecedores	104.517	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em 31 de dezembro de 2014

Debêntures	74.558	150.000	533.333	166.667
Financiamentos (*)	3.851	9.133	55.431	46.957
Fornecedores	105.172	-	-	-

() Não considera o custo de capitalização***Política de uso de Derivativos**

O Grupo Fleury mantém política com relação à contratação de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de administrar os riscos associados e assegurar o correto registro em suas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos derivativos para especulação no mercado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo Fleury não possuía instrumentos derivativos em aberto, registrados no balanço patrimonial.

c) Gestão dos Riscos Operacionais

O risco operacional, segundo definição do IBGC (“Instituto Brasileiro de Governança Corporativa”), é aquele que está associado à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

No objetivo de administrar adequadamente seus riscos operacionais o Grupo Fleury tem envidado esforços para estabelecer uma estrutura de governança que se inicie a partir do envolvimento da Alta Administração, passando pela estruturação dos departamentos de Gestão de Riscos e Auditoria Interna e principalmente assegurando o envolvimento de toda a liderança na implementação de ações que reduzam a exposição da Companhia a esta categoria de risco e garantindo esse comprometimento através de incentivos condizentes com a realidade da organização.

Dentre as principais ações estabelecidas para companhia para uma correta administração dos riscos operacionais podemos elencar:

- Ciclo bianual de auditoria interna com cobertura dos principais processos da Companhia;
- Mapeamento e documentação dos riscos e controles internos;
- Estabelecimento de políticas e procedimentos internos;
- Revisão periódica do portfólio de riscos;
- Monitoramento dos controles internos;
- Estabelecimento de planos de continuidade dos negócios;
- Capacitação dos colaboradores e terceiros;
- Estabelecimento claro de alçadas; e
- Implementação de ações para redução da exposição aos riscos, incluindo a contratação de seguros, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Todas essas medidas são acompanhadas e reportadas periodicamente junto ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos estabelecido pelo Conselho de Administração do Grupo Fleury, que orienta e supervisiona a Administração na condução deste processo.

d) Demonstrativo da análise de sensibilidadeAnálise de sensibilidade para mudanças na taxa de câmbio

A avaliação do risco de exposição à flutuação do dólar norte-americano leva em consideração o período de trinta dias para a avaliação. Foi considerado como cenário provável o valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2015.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial no fechamento destas demonstrações financeiras (US\$1.00 – R\$3,9290). Nos cenários “Possível” e “Remoto”, a taxa de câmbio foi acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente, antes dos impostos:

	Vencimento	Risco	Possível (perda) ganho (+25%)	Remota (perda) ganho (+50%)
Contas a receber	2015	Desvalorização US\$	178	351
Fornecedores	2015	Valorização US\$	(57)	(112)
Efeito líquido			<u>121</u>	<u>239</u>

Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. Os cenários Possível e Remoto levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa do CDI (a.a.)	17,68%	21,21%
Despesas com juros projetadas	392.843	463.525

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários	1.626	2.412	1.639	2.458
Aplicações financeiras:				
Fundos Exclusivos (a)	620.397	492.359	620.397	492.359
Operações compromissadas (b)	<u>2.087</u>	<u>10.457</u>	<u>2.550</u>	<u>10.457</u>
	622.484	502.816	622.947	502.816
	<u>624.110</u>	<u>505.228</u>	<u>624.586</u>	<u>505.274</u>

Essas operações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudanças de valor.

- (a) *Referem-se a cotas em fundos de investimento exclusivos que se enquadram na categoria de renda fixa. A política de investimento do Fundo tem como objetivo buscar a valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador com liquidez imediata. As políticas dos fundos de investimento exclusivos determinam que os ativos financeiros sejam de baixo risco de crédito. Estes fundos de investimento exclusivos não podem realizar operações especulativas ou operações que exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido ou exponham a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes.*

No exercício de 2015 e 2014, os fundos de investimento exclusivos apresentaram uma rentabilidade média ponderada de 102,8% e 102,9% do CDI, respectivamente.

- (b) *Em 2015, as operações compromissadas foram remuneradas a uma taxa média ponderada de 76,5% do CDI (em 2014 – 100,4% do CDI). As operações compromissadas se caracterizam pela venda de um título com o compromisso por parte do Banco (Vendedor), de comprá-lo e da Companhia (Compradora), de revendê-lo no futuro.*

Mapa de movimentação do saldo de aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo inicial	502.816	533.506	502.816	534.527
Aplicação	1.327.460	1.561.992	1.335.880	1.569.216
Rendimentos	72.322	56.782	72.427	56.820
Resgate	(1.274.068)	(1.649.464)	(1.282.130)	(1.657.747)
Reclassificação (*)	(5.827)	-	(5.827)	-
Baixas	<u>(219)</u>	<u>-</u>	<u>(219)</u>	<u>-</u>
	<u>622.484</u>	<u>502.816</u>	<u>622.947</u>	<u>502.816</u>

(*) Saldo reclassificado para a rubrica Títulos e Valores Mobiliários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Contas a receber

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Valores faturados	397.625	393.170	398.607	394.297
Valores a faturar	<u>38.653</u>	<u>41.627</u>	<u>44.045</u>	<u>46.101</u>
	436.278	434.797	442.652	440.398
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	<u>(45.094)</u>	<u>(50.040)</u>	<u>(45.131)</u>	<u>(50.205)</u>
Total contas a receber	<u>391.184</u>	<u>384.757</u>	<u>397.521</u>	<u>390.193</u>

Resumo por vencimento das duplicatas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vincendos	317.682	253.323	323.563	258.267
Vencidos:				
Até 120 dias	53.478	101.971	53.971	102.464
121 a 360 dias	37.836	50.582	37.836	50.582
Acima 361 dias	<u>27.282</u>	<u>28.921</u>	<u>27.282</u>	<u>29.085</u>
	<u>436.278</u>	<u>434.797</u>	<u>442.652</u>	<u>440.398</u>

Movimentação da provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo no início do exercício	(50.040)	(86.132)	(50.205)	(86.273)
Baixa de títulos incobráveis	73.641	110.107	73.809	110.107
Adições de glosas e créditos de liquidação duvidosa (Nota 25 e 28)	<u>(68.695)</u>	<u>(74.015)</u>	<u>(68.735)</u>	<u>(74.039)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(45.094)</u>	<u>(50.040)</u>	<u>(45.131)</u>	<u>(50.205)</u>

A Companhia e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2015, a concentração dos seis principais clientes é de 49,8% do total da carteira (44% em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****6. Estoques**

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
“Kits” para diagnósticos	8.480	7.192
Materiais administrativos, promocionais e outros	3.191	1.325
Material de enfermagem e coleta	3.158	3.534
Materiais auxiliares para laboratório	<u>1.577</u>	<u>1.627</u>
	<u>16.406</u>	<u>13.678</u>

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CSLL	30.961	18.601	31.258	18.949
IRRF	29.072	36.098	29.222	36.607
IRPJ	20.014	36.708	20.425	36.845
PIS e COFINS	5.527	4.733	5.577	4.766
INSS	2.330	3.437	2.330	3.437
Imposto sobre serviços - ISS	<u>859</u>	<u>956</u>	<u>859</u>	<u>956</u>
	<u>88.763</u>	<u>100.533</u>	<u>89.671</u>	<u>101.560</u>
Circulante	74.005	100.533	74.913	101.560
Não circulante	14.758	-	14.758	-

8. Depósitos judiciais**Ativo Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2015 os depósitos judiciais totalizam na Controladora o montante de R\$42.236 (R\$31.462 em 31 de dezembro de 2014) e no Consolidado R\$42.238 (R\$31.465 em 31 de dezembro de 2014), e referem-se a causas consideradas pelos assessores legais da Companhia como risco de perda remoto ou possível, portanto, sem respectiva provisão para contingências. Entre as causas, destaca-se o montante de R\$24.435 relativo a ICMS incidente nas importações de equipamentos (Nota 20).

Passivo Não Circulante

Os depósitos judiciais referentes às causas consideradas como risco de perda provável estão classificados no passivo não circulante, reduzindo o saldo da respectiva provisão no montante de R\$7.796 em 31 de dezembro de 2015 (R\$13.663 em 31 de dezembro de 2014). Os depósitos judiciais também incluem R\$12.684 relativo ao ISS considerando na Nota 18, na rubrica “Outros”, líquido do valor da obrigação no mesmo montante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Créditos a receber

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
AES Eletropaulo (a)	15.852	12.703
Cruzeiro do Sul Medicina Diagnóstica Ltda. (b)	<u>15.200</u>	<u>-</u>
	<u>31.052</u>	<u>12.703</u>

(a) Refere-se a crédito a receber da AES Eletropaulo em favor da Controladora decorrente de decisão definitiva proferida pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que reconheceu a cobrança ilegal de valores pagos pela Companhia de novembro de 2000 a agosto de 2001 e determinou a sua devolução em dobro.

(b) Refere-se a valores atualizados da venda do investimento Cruzeiro do Sul no montante total de R\$19.000, dos quais R\$4.255 no circulante e R\$15.200 não circulante (Nota 1.2.1.).

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fleury CPMA (controlada direta)	28.430	28.989	-	-
Papaiz (controlada indireta)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.522</u>	<u>7.495</u>
	<u>28.430</u>	<u>28.989</u>	<u>7.522</u>	<u>7.495</u>
Outros investimentos	<u>112</u>	<u>246</u>	<u>112</u>	<u>246</u>
	<u>28.542</u>	<u>29.235</u>	<u>7.634</u>	<u>7.741</u>

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas do capital social	% de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Fleury CPMA	31/12/2015	80.827	100%	80.827	27.079	2.499
	31/12/2014	78.887	100%	78.887	27.638	1.308
Papaiz	31/12/2015	2.875	51%	2.875	3.380	74
	31/12/2014	2.875	51%	2.875	3.220	31

FLEURY S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos saldos de investimentos

Controladora	Controlada	Saldo em 31/12/2014	Integralização de capital	Dividendos	Impairment	Equivalência Patrimonial	Venda	Saldo em 31/12/2015
Fleury S.A.	Fleury CPMA	28.989	1.940	-	-	(2.499)	-	28.430
Fleury CPMA	Papaiz	7.495	-	(10)	(1)	38	-	7.522
Fleury S.A.	Cruzeiro do Sul (*)	-	5.254	-	-	78	(5.332)	-
Fleury S.A.	Outros	246	-	-	(134)	-	-	112

(*) Parte do montante integralizado foi realizado utilizando-se o ativo imobilizado no montante de R\$3.102 (Nota 11 - Reclassificações/transferências).

11. Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	Controladora			
		31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	8	407.427	(222.949)	184.478	198.984
Instalações	10	258.426	(103.993)	154.433	172.392
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	103.407	(72.011)	31.396	11.236
Imóveis	2	28.025	(4.159)	23.866	24.320
Equipamentos de informática	20	65.244	(47.659)	17.585	18.371
Móveis e utensílios	10	47.808	(32.824)	14.984	15.247
Terrenos	-	13.637	-	13.637	13.549
Imobilizado em andamento	-	760	-	760	1.269
Veículos	20	<u>653</u>	<u>(653)</u>	=	=
		<u>925.387</u>	<u>(484.248)</u>	<u>441.139</u>	<u>455.368</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado			
		31/12/2015			31/12/2014
Taxa média anual de depreciação - %		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Máquinas e equipamentos	8	413.689	(227.594)	186.095	201.357
Instalações	10	260.198	(105.567)	154.631	172.766
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	105.549	(74.125)	31.424	11.285
Imóveis	2	28.026	(4.158)	23.868	24.322
Equipamentos de informática	20	65.831	(48.235)	17.596	18.403
Móveis e utensílios	10	48.913	(33.741)	15.172	15.545
Terrenos	-	13.637	-	13.637	13.549
Imobilizado em andamento	-	760	-	760	1.269
Veículos	20	<u>653</u>	<u>(653)</u>	-	-
		937.256	(494.073)	443.183	458.496

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém saldo de custo atribuído registrado, líquido de depreciação, no montante de R\$ 242 (R\$621 em 31 de dezembro de 2014) para máquinas e equipamentos.

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Movimentação - Controladora						
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas Líquidas	Depreciação	Reclassificações / Transferências	Saldo em 31/12/2015
Máquinas e equipamentos	198.984	29.168	(8.867)	(35.524)	717	184.478
Instalações	172.392	7.881	(1.849)	(23.974)	(17)	154.433
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.236	25.620	(613)	(4.847)	-	31.396
Imóveis	24.320	-	(31)	(423)	-	23.866
Equipamentos de informática	18.371	6.338	(497)	(7.027)	400	17.585
Móveis e utensílios	15.247	1.268	(1.326)	(3.423)	3.218	14.984
Terrenos	13.549	88	-	-	-	13.637
Imobilizado em andamento	<u>1.269</u>	<u>760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.269)</u>	<u>760</u>
	<u>455.368</u>	<u>71.123</u>	<u>(13.183)</u>	<u>(75.218)</u>	<u>3.049</u>	<u>441.139</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Movimentação - Consolidado					Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas Liquidadas	Depreciação	Reclassificações / Transferências	
Máquinas e equipamentos	201.357	29.168	(8.940)	(36.207)	717	186.095
Instalações	172.766	7.881	(1.849)	(24.150)	(17)	154.631
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11.285	25.620	(613)	(4.868)	-	31.424
Imóveis	24.322	-	(31)	(423)	-	23.868
Equipamentos de informática	18.403	6.338	(497)	(7.048)	400	17.596
Móveis e utensílios	15.545	1.268	(1.326)	(3.533)	3.218	15.172
Terrenos	13.549	88	-	-	-	13.637
Imobilizado em andamento	<u>1.269</u>	<u>760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.269)</u>	<u>760</u>
	<u>458.496</u>	<u>71.123</u>	<u>(13.256)</u>	<u>(76.229)</u>	<u>3.049</u>	<u>443.183</u>

12. Intangível

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora			
		31/12/2015			31/12/2014
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>
Ágio por rentabilidade futura	-	1.342.222	(44.413)	1.297.809	1.308.712
Contratos de clientes	10	154.387	(65.615)	88.772	104.211
Licenças e software desenvolvidos	20	190.979	(119.230)	71.749	81.839
Desenvolvimento de software (em andamento)	-	33.782	-	33.782	11.891
Marcas e patentes	7	13.226	(5.004)	8.222	9.239
Outros	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.550</u>
		<u>1.734.596</u>	<u>(234.262)</u>	<u>1.500.334</u>	<u>1.518.442</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado			
		31/12/2015			31/12/2014
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo Líquido
Ágio por rentabilidade futura	-	1.353.563	(44.413)	1.309.150	1.320.053
Contratos de clientes	10	156.573	(66.599)	89.974	105.851
Licenças e software desenvolvidos	20	191.516	(119.694)	71.822	81.941
Desenvolvimento de software (em andamento)	-	33.782	-	33.782	11.891
Marcas e patentes	7	14.963	(5.974)	8.989	10.180
Outros	-	-	-	-	2.550
Contrato de não competição	10	<u>825</u>	<u>(825)</u>	<u>-</u>	<u>309</u>
		1.751.222	(237.505)	1.513.717	1.532.775

Movimentação – Controladora

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificações / Transferências	Saldo em 31/12/2015
Ágio por rentabilidade futura	1.308.712	-	(10.903)	-	-	1.297.809
Contratos de clientes	104.211	-	-	(15.439)	-	88.772
Direito de uso de software	81.839	15.362	(12)	(28.822)	3.382	71.749
Desenvolvimento de software (em andamento)	11.891	25.212	(194)	-	(3.127)	33.782
Marcas e patentes	9.239	-	-	(1.017)	-	8.222
Outros	<u>2.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.550)</u>	<u>-</u>
	<u>1.518.442</u>	<u>40.574</u>	<u>(11.109)</u>	<u>(45.278)</u>	<u>(2.295)</u>	<u>1.500.334</u>

Movimentação – Consolidado

	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	Reclassificações / Transferências	Saldo em 31/12/2015
Ágio por rentabilidade futura	1.320.053	-	(10.903)	-	-	1.309.150
Contratos de clientes	105.851	-	-	(15.877)	-	89.974
Direito de uso de software	81.941	15.362	(12)	(28.851)	3.382	71.822
Desenvolvimento de software (em andamento)	11.891	25.212	(194)	-	(3.127)	33.782
Marcas e patentes	10.180	-	-	(1.191)	-	8.989
Outros	2.550	-	-	-	(2.550)	-
Contrato de não competição	<u>309</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(309)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.532.775</u>	<u>40.574</u>	<u>(11.109)</u>	<u>(46.228)</u>	<u>(2.295)</u>	<u>1.513.717</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Desenvolvimento de software (em andamento)

Representa, substancialmente, gastos com a reestruturação e implantação de software de gestão empresarial e inteligência de negócios SAP - funcional, que permitirá ao Grupo Fleury otimizar processos e minimizar riscos.

Teste para verificação de impairment

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável.

O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Companhia. Segue abaixo a alocação do ágio por UGC:

	2015	2014
Medicina diagnóstica	1.094.240	1.105.143
Hospitais	<u>214.910</u>	<u>214.910</u>
	<u>1.309.150</u>	<u>1.320.053</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as Unidade Geradoras de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração. O teste de recuperação da UGC não identificou a necessidade de reconhecimento de perda.

A projeção de fluxo de caixa contemplou o período de dez anos acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no décimo ano, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital - WACC) de 14% em 2015 (13% em 2014).

A projeção do fluxo de caixa para o primeiro exercício baseia-se no orçamento aprovado pela Administração. A Administração determinou a margem bruta orçada com base em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado e acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UGC.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Financiamentos

Financiadores Moeda nacional – R\$	Encargos Taxa fixa	Captação			
		Data de assinatura	Valor Contratado	Valor liberado acumulado	Vencimento Final
BNDES FINAME	8,70% a.a.	11/10/2011	4.753	4.753	10/2016
FINEP 1	4,25% a.a.	08/05/2009	7.098	7.098	09/2017
FINEP 2	4,00% a.a.	06/08/2012	8.975	6.542	08/2020
FINEP SUBVENÇÃO	0% a.a.	13/07/2012	825	104	07/2016
FINEP PROMETHEUS I e II	4,00% a.a.	28/08/2014	155.444	101.666	09/2022

Controladora e Consolidado					
Financiadores Moeda nacional – R\$	31/12/2014	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2015
BNDES FINAME	1.976	121	(125)	(1.074)	898
FINEP 1	2.933	101	(103)	(1.065)	1.866
FINEP 2	8.507	308	(311)	(1.498)	7.006
FINEP SUBVENÇÃO	104	21	(21)	(68)	36
FINEP PROMETHEUS I e II	<u>101.852</u>	<u>4.040</u>	<u>(4.049)</u>	-	<u>101.843</u>
	<u>115.372</u>	<u>4.591</u>	<u>(4.609)</u>	<u>(3.705)</u>	<u>111.649</u>
Custo de capitalização (*)	(1.110)	-	-	145	(965)
	<u>114.262</u>	<u>4.591</u>	<u>(4.609)</u>	<u>(3.560)</u>	<u>110.684</u>
Circulante	3.706				9.080
Não Circulante	110.556				101.604

(*) O custo de capitalização é o valor dispendido pela FINEP em R\$1.146 para cobertura das despesas com inspeção e com supervisão dos projetos Prometheus I e Prometheus II.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos, em 31 de dezembro de 2015, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2017	18.913
2018	18.066
2019	18.066
2020 a 2022	<u>46.559</u>
	<u>101.604</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A FINEP possui uma cláusula que obriga a Sociedade a assegurar o pagamento de qualquer obrigação decorrente ao contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor de todo o financiamento, sendo esta cláusula indispensável para assinatura do contrato.

Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), incluindo entre outros: a efetivação ou formalização de garantias reais ou fidejussórias; restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário ou acionário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência do credor; e a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos semestralmente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados, bem como as demais cláusulas de *covenants*.

Para fins de atendimento ao requerimento do FINEP e como forma de apresentação suplementar, a Companhia demonstra abaixo os dispêndios totais realizados em 2015 relacionados aos financiamentos FINEP 1 e 2.

a) FINEP 1

No decorrer do exercício de 2015 os dispêndios utilizados, nos termos do instrumento contratual [09.14.0055.00] celebrado entre a Finep e a empresa FLEURY S.A. relacionado ao Projeto Prometheus I -, são:

<u>Itens de dispêndios</u>	<u>Valor</u>
P&D interno	9.375
Aquisição de outros conhecimentos externos	633
Aquisição de software	243
Aquisição de máquinas e equipamentos	442
Produção pioneira e outras preparações para a produção e distribuição:	2.939
i. Obras civis e instalações para produção pioneira	2.477
ii. Outras preparações para produção e distribuição	462
	<u>13.632</u>

Dos dispêndios descritos acima, alguns já foram reportados e aprovados antecipadamente pela FINEP, conforme quadro abaixo:

	Valores em Reais		
	<u>Reportado</u>	<u>Não Reportado</u>	<u>Total Geral</u>
Aquisição de máquinas e equipamentos	184	258	442
Aquisição de outros conhecimentos externos	-	633	633
Aquisição de software	-	243	243
P&D interno	-	9.375	9.375
Produção pioneira - obras civis e instalações	409	2.068	2.477
Produção pioneira - outras preparações	6	456	462
Total	599	13.033	13.632

FLEURY S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) FINEP 2

No decorrer do exercício de 2015 os dispêndios utilizados, nos termos do instrumento contratual [09.14.0054.00] celebrado entre a Finep e a empresa FLEURY S.A. relacionado ao Projeto Prometheus II -, são:

<u>Itens de dispêndios</u>	<u>Valor em Reais</u>
P&D Interno	5.903
Aquisição de outros conhecimentos externos	25.831
Aquisição de software	2.228
Treinamento	1.021
Aquisição de máquinas e equipamentos	3.517
Produção pioneira e outras preparações para a produção e distribuição:	143
i. Obras civis e instalações para produção pioneira	135
ii. Outras preparações para produção e distribuição	8
	<u><u>38.643</u></u>

Não reportamos antecipadamente nenhum dispêndios relacionados acima.

14. Debêntures

Composição das debêntures emitidas

	Valor Emissão (R\$)	Quantidade	Vencido final	Juros semestrais	Total emitido
1ª Emissão - Primeira Série	10.000	15.000	dez/16	CDI + 0,94% a.a.	150.000.000
1ª Emissão - Segunda Série	10.000	30.000	dez/18	CDI + 1,20% a.a.	300.000.000
2ª Emissão - Série Única	10.000	50.000	fev/20	CDI + 0,85% a.a.	500.000.000

A Companhia utilizou os montantes captados pelas emissões de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar seu perfil de dívida e financiar seus investimentos e aquisições dos próximos anos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantias (quirografárias).

1ª Emissão de Debêntures

A Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em duas séries, encerrada em 12 de dezembro de 2011.

FLEURY S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Primeira Série, com total de R\$150.000, possui amortização em três parcelas anuais e iguais, das quais a 1º e 2º foram liquidadas em 12 de dezembro de 2014, de 2015. Não há resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

A Segunda Série será amortizada em três parcelas anuais e iguais em 12 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018. Não havendo resgate antecipado facultativo bem como repactuação.

2ª Emissão de Debêntures

Realizada por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, em série única, encerrada em 19 de fevereiro de 2013.

A amortização das debêntures será realizada em três parcelas anuais e iguais em 15 de fevereiro de 2018, de 2019 e de 2020. O pagamento da remuneração será semestral, não havendo previsão de repactuação programada.

Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado				
	<u>31/12/2014</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>31/12/2015</u>
Moeda nacional – R\$					
1ª Emissão - Primeira Série	100.568	13.466	(13.696)	(50.000)	50.338
1ª Emissão - Segunda Série	301.742	42.231	(41.905)	-	302.068
2ª Emissão - Série Única	522.248	68.497	(63.808)	-	526.937
	<u>924.558</u>	<u>124.194</u>	<u>(119.409)</u>	<u>(50.000)</u>	<u>879.343</u>
Circulante	74.558				179.343
Não Circulante	850.000				700.000

Os vencimentos das parcelas alocadas no Passivo Não Circulante em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados como seguem:

Vencimento	1ª Emissão (1ª Série)	1ª Emissão (2ª Série)	2ª Emissão Série Única	Consolidado
2017	-	100.000	-	100.000
2018	-	100.000	166.667	266.667
2019	-	-	166.667	166.667
2020	-	-	166.667	166.667
				<u>700.000</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Cláusulas contratuais – “covenants”

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“covenants”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, caso a Companhia não atenda aos seguintes índices financeiros:

- (a) Dívida financeira líquida/ *Earnings Before Interest Depreciation and Amortization* (EBITDA ou LAJIDA) menor ou igual a três vezes e/ou;
- (b) EBITDA/Despesa financeira líquida, maior ou igual a 1,5 vezes

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas estão adimplentes com os índices financeiros mencionados, bem como as demais cláusulas de *covenants*.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Nacionais	103.462	103.912	104.297	104.685
Estrangeiros	<u>220</u>	<u>487</u>	<u>220</u>	<u>487</u>
	<u>103.682</u>	<u>104.399</u>	<u>104.517</u>	<u>105.172</u>

16. Salários e encargos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Provisão de férias e encargos	40.999	37.227
Provisão participação nos resultados	22.922	4.300
Encargos sociais a recolher	15.431	12.092
Outros	<u>4.538</u>	<u>327</u>
	<u>83.890</u>	<u>53.946</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****17. Impostos e contribuições a recolher**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Parcelamento REFIS – Lei 11.941 (a)	51.311	53.203	51.311	53.203
COFINS a recolher (b)	5.036	3.966	5.051	3.993
Imposto sobre serviços - ISS a recolher	4.365	3.897	4.484	4.007
Parcelamento de - ISS (c)	3.456	7.686	3.456	7.686
PIS, COFINS e Contribuição a recolher	1.908	1.387	1.946	1.416
PIS a recolher (b)	1.069	859	1.073	865
FAP - Fator Acidentário de Prevenção	1.918	1.693	1.918	1.693
IRRF	808	776	820	785
INSS a recolher	677	637	677	637
Parcelamento de Niterói (d)	642	911	642	911
Parcelamento ICMS	-	555	-	555
Outros	1.665	333	1.666	334
Total	<u>72.855</u>	<u>75.903</u>	<u>73.044</u>	<u>76.085</u>
Circulante	24.760	23.835	24.949	24.017
Não circulante	48.095	52.068	48.095	52.068

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, regulamentado pela Lei 11.941/2009. O pedido de adesão abarcou débitos que já se encontravam parcelado em programas anteriores, bem como novos débitos. Para pagamento dos valores de multa e juros destes débitos parcelados, a Companhia realizou o aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social registrados em agosto de 2009, sendo o valor principal parcelado em até 180 meses, com redução de 60% da multa, 25% dos juros e de 100% dos encargos legais, nos termos do artigo 1º dessa Lei e dos artigos 15 e 17 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09. Em dezembro de 2009, a Receita Federal do Brasil concedeu o deferimento de todos os pedidos de adesão efetuados pela Companhia.

(b) PIS e COFINS incidentes sobre os serviços prestados.

(c) Parcelamento com a Prefeitura do Município de São Paulo denominado Programa de Parcelamento Incentivado – PPI.

(d) Parcelamento da Dívida Ativa do ISS junto a Procuradoria do Município de Niterói da empresa adquirida Labs Cardiolab.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

	<u>Consolidado</u>
2017	5.111
2018	5.002
2019	4.823
2020	4.804
2021 em diante	<u>28.355</u>
	<u>48.095</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Contas a pagar – Aquisições de empresas

Referem-se às dívidas assumidas por aquisição de empresas, a serem pagas à medida da ocorrência dos termos contratuais, sendo atualizadas mensalmente, principalmente pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV e IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os vencimentos das parcelas não circulantes em 31 de dezembro de 2015 estão sujeitas ao trânsito julgado dos processos e portanto não é possível determinar estimativa de pagamento para os próximos anos.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante	4.616	3.074	4.616	3.536
Não Circulante	<u>5.774</u>	<u>14.743</u>	<u>6.491</u>	<u>15.018</u>
	<u>10.390</u>	<u>17.817</u>	<u>11.107</u>	<u>18.554</u>

19. Imposto de renda e contribuição social – Diferido

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízo fiscal	205.293	225.668	205.293	225.668
Provisão para glosas e créditos de liquidação duvidosa	45.094	50.040	45.094	50.040
Provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis.	27.792	23.141	27.792	23.141
Amortização do ágio indedutível até 2008 e dedutível para fins tributários em períodos futuros	24.782	24.782	24.782	24.782
Participação nos lucros	22.922	4.300	22.922	4.300
Provisão Stock Options e outros	10.342	7.151	10.342	7.151
Reavaliação do ativo	(672)	(991)	(672)	(991)
Ajuste a valor líquido de ativos adquiridos e passivos assumidos	(58.424)	(80.753)	(58.424)	(80.753)
Efeitos da amortização de ágio para fins fiscais (a)	(984.336)	(814.754)	(984.336)	(814.754)
Alocação de ágio – PAPAIZ	-	-	(1.473)	(2.317)
Base de cálculo	<u>(707.207)</u>	<u>(561.416)</u>	<u>(708.680)</u>	<u>(563.733)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos à alíquota combinada aproximada de 34%	<u>(240.450)</u>	<u>(190.881)</u>	<u>(240.951)</u>	<u>(191.669)</u>
Imposto de renda e contribuição social Ativo	134.492	132.078	134.492	132.078
Imposto de renda e contribuição social Passivo	(374.942)	(322.959)	(375.443)	(323.747)

(a) Ágio de incorporação de empresas, principalmente Labs Cardiolab.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo está apresentado líquido no passivo não circulante, conforme previsto no CPC 32.

A expectativa da Companhia é que os impostos diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, no montante de R\$134.492 (Consolidado), sejam realizáveis através da capacidade de geração dos resultados projetados para os próximos seis anos, de acordo com o cronograma apresentado a seguir:

<u>Exercício</u>	<u>Consolidado</u>
2016	8.516
2017	24.419
2018	34.906
2019	38.063
2020 a 2021	28.588

As expectativas de realização dos valores registrados em 31 de dezembro de 2015 foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios, portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, correntes e diferidos, no resultado são reconciliados como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro antes IRPJ e CSLL	172.767	143.920	172.480	143.598
Alíquota conjugada aproximada de IRPJ e CSLL	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL – Taxa padrão	<u>(58.741)</u>	<u>(48.933)</u>	<u>(58.643)</u>	<u>(48.823)</u>
Equivalência patrimonial	(823)	(445)	(823)	(445)
Juros sobre capital próprio	3.301	-	3.301	-
Outros despesas indedutíveis permanentes	(9.161)	(8.740)	(8.971)	(8.528)
Despesa de imposto de renda e contribuição social:	<u>(65.424)</u>	<u>(58.118)</u>	<u>(65.137)</u>	<u>(57.796)</u>
Corrente	(15.855)	-	(15.855)	-
Diferido	(49.569)	(58.118)	(49.282)	(57.796)
Taxa efetiva - %	37,9%	40,4%	37,8%	40,2%

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia é suscetível a riscos tributários, trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal das suas operações. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as prováveis perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a avaliação de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como natureza dos processos e experiência histórica. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica “Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis” era como segue:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Trabalhistas	21.278	18.565
Tributários	17.603	13.532
Cíveis	<u>2.674</u>	<u>1.900</u>
	<u>41.555</u>	<u>33.997</u>
Depósitos Judiciais (Nota 8)	<u>(7.796)</u>	<u>(13.663)</u>
	<u>33.759</u>	<u>20.334</u>

A movimentação da provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2014</u>	<u>Adição/</u> <u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	18.565	3.879	(2.960)	1.794	21.278
Tributários	13.532	2.414	-	1.657	17.603
Cíveis	<u>1.900</u>	<u>1.173</u>	<u>(625)</u>	<u>226</u>	<u>2.674</u>
	<u>33.997</u>	<u>7.466</u>	<u>(3.585)</u>	<u>3.677</u>	<u>41.555</u>
Depósitos Judiciais	<u>(13.663)</u>	<u>5.867</u>	=	=	<u>(7.796)</u>
	<u>20.334</u>	<u>13.333</u>	<u>(3.585)</u>	<u>3.677</u>	<u>33.759</u>

a) Processos classificados como risco de perda provável, para os quais foram registradas provisões:

Tributários

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS: os questionamentos envolvem a isenção da contribuição para sociedades civis prestadoras de serviços relativos a profissões legalmente regulamentadas. A Lei Complementar nº 70/91, que institui a COFINS, tratou da isenção dispensada a esses tipos de sociedades, contudo com o advento da Lei nº 9.430/96 esta foi expressamente revogada passando-se a exigir a contribuição em face da receita bruta das prestadoras de serviços. Os assessores legais entendem que, por se tratar de uma lei ordinária, a Lei nº 9.430/96 não poderia ter revogado a isenção instituída pela Lei Complementar nº 70/91. Entretanto, tendo em vista o Supremo Tribunal Federal já ter se manifestado contrariamente à tese em referência, a

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia registra provisão para cobrir riscos no valor de R\$7.189 em 31 de dezembro de 2015 (R\$6.557 em 31 de dezembro de 2014).

Trabalhistas e Cíveis

A Companhia considera que a provisão para riscos em processos Trabalhistas e Cíveis é suficiente para cobrir as perdas esperadas. Os assessores legais do grupo fazem a análise individual dos processos, classificando o risco de perda conforme diretrizes estabelecidas pela Companhia na política.

Processos classificados como de risco de perda possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus assessores legais como possível. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado era de aproximadamente R\$360.035 (R\$354.079 em 31 de dezembro de 2014).

As questões fiscais classificadas como perda possível totalizam R\$253.742, compostos, substancialmente, no âmbito federal: (i) R\$125.728 referem-se principalmente à discussões envolvendo a não obrigatoriedade de recolhimento de CSLL, IRPJ, COFINS, PIS e PIS/COFINS Importação, (ii) questões fiscais federais envolvendo contribuições previdenciárias somam R\$55.118, (iii) processos federais de natureza diversa que somam R\$ 10.806.

No âmbito fiscal estadual, os processos classificados como perda possível somam R\$28.252 e referem-se principalmente a discussão do ICMS incidente nas importações de equipamentos.

Com relação às discussões de tributos municipais, os processos classificados como perda possível somam R\$33.646 e referem-se, principalmente, a casos envolvendo o ISSQN.

A Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2014 valores relativos a débitos de TRSS (Taxa de Resíduos Sólidos de Saúde) classificados como chance de perda possível, discutidos judicialmente em ação coletiva de responsabilidade do SINDHOSP (Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de São Paulo).

Em 31 de março de 2015, foi feita adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura de São Paulo, instituído pela Lei nº 16.097/2014, na modalidade de pagamento à vista, para quitação de débitos relativos à TRSS do período de 2003 a 2013 com reconhecimento de um passivo do ano de 2014, totalizando um valor a ser pago de R\$ 27.625, já considerados os descontos de 75% de multa e 85% de juros estabelecidos no referido Programa.

Em que pese não haja ainda decisão definitiva no processo mencionado, a Administração da Companhia entende que as condições para quitação dos débitos previstas na mencionada lei são vantajosas, frente às incertezas quanto ao prazo para o julgamento definitivo e as chances de êxito da ação e realizou o pagamento à vista em março de 2015.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No âmbito cível, a Companhia possui processos classificados como perda possível que totalizam R\$16.213, sendo R\$14.885 relacionados a processos de responsabilidade civil com pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes de suposto erro diagnóstico ou falha de procedimento e outros processos em andamento de menor relevância que somam R\$1.328.

Ainda no âmbito Cível, a Companhia possui cerca de R\$13.581 em processos de recuperação de crédito, onde figura como pólo passivo, cujas chances de perda são consideradas possíveis.

Os processos trabalhistas classificados como perda possível totalizam R\$90.080 dos quais (i) R\$60.864 referem-se a reclamações trabalhistas de ex-empregados, (ii) R\$11.103 referem-se a processos de responsabilidade subsidiária ajuizados por empregados de empresas que prestam serviços especializados à Companhia em regime de terceirização e (iii) processos administrativos em andamento que totalizam R\$18.113.

Ainda no âmbito trabalhista, a Companhia foi citada em Ação Civil Pública (ACP) em trâmite na justiça do trabalho do Rio de Janeiro, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas. Adicionalmente, a ACP requer o pagamento no valor de R\$5.000 a título de danos morais coletivos. A Companhia está se defendendo desta ação e tem plena convicção de que a prática por ela adotada de contratação de empresas médicas é regular e de acordo com a legislação vigente, havendo inclusive, jurisprudência favorável à contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos. Em março de 2014 foi proferida sentença favorável à Companhia, julgando totalmente improcedente o pedido da ACP, tendo a Procuradoria Regional do Trabalho apresentado recurso ordinário. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento no Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região.

21. Compromissos

Parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as despesas com aluguéis de imóveis na Companhia foram de R\$109.117 (R\$ 105.730 em 31 de dezembro de 2014).

Os valores dos contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação do IGP-M. Os compromissos consolidados de aluguel eram de R\$458.715 em 31 de dezembro de 2015 (R\$468.614 em 31 de dezembro de 2014). A posição consolidada dos compromissos assumidos é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
2016	102.820
2017	92.823
2018	77.676
2019	65.073
2020 em diante	<u>120.323</u>
	<u>458.715</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****22. Partes relacionadas****a) Saldos de partes relacionadas**

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas com aluguel		
Transinc Fundo Inv. Imobiliario	7.717	7.394
Harmonikos 32 Participações e Empreendimentos Ltda. (c)	2.302	1.994
Amicabilis Participações e Empreendimentos Ltda. (c)	3.018	2.829
Despesa com benefícios		
Empresas associadas à Bradseg (a)	<u>115.024</u>	<u>81.767</u>
	<u>128.061</u>	<u>93.984</u>
	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Saldo Patrimonial:		
Passivos		
Transinc Fundo Inv. Imobiliario	650	629
Empresas associadas à Bradseg (a)	853	19
Ativos		
Bradesco (b)	<u>233.357</u>	<u>254.337</u>
Saldo líquido	<u>231.854</u>	<u>253.689</u>

(a) A Bradseg, acionista de Integritas Participações S.A (controladora do Grupo Fleury em 31 de dezembro), detém o controle da Odontoprev S.A que, por sua vez, é controladora da Clidec, empresa sócia do Fleury no Grupo Papaiz. Os valores relacionados referem-se a contratos de fornecimento de serviços, cujos principais são plano de saúde, alimentação/refeição e transporte.

Um conjunto de empresas associadas à Bradseg figuram entre os maiores clientes da Companhia. Essa receita não foi divulgada por motivo de competitividade.

(b) O Grupo Fleury detém aplicações financeiras e saldos em contas bancárias no Banco Bradesco. Em 31 de dezembro de 2015, as operações de aplicações consistem em um fundo que se enquadra na categoria de renda fixa e em operações compromissadas, cuja rentabilidade está demonstrada na Nota 4.

(c) As referidas empresas são sócias das empresas Core Participações S.A. e Integritas Participações S.A. as quais por sua vez são acionistas do Grupo Fleury.

Em 2015, a Companhia realizou aportes a título de AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital, na controlada direta Fleury CPMA e Cruzeiro do Sul, que totalizaram R\$8.088, os quais R\$4.788 integralizado em dinheiro, R\$3.102 integralizado com ativo imobilizado e R\$198 integralizado em outros ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos Administradores, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, inclui salários, pró-labore, benefícios, encargos, *stock options* e bônus no valor de R\$10.822 (R\$6.262 em 31 de dezembro de 2014 - não inclui *stock options*) e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado, não excedeu o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 1º. de abril de 2015.

A Companhia não confere aos seus administradores benefícios pós-emprego. A provisão para participação nos resultados de empregados e administradores, totalizou R\$22.922 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.300 em 31 de dezembro de 2014).

23. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2015, totalmente integralizado, é de R\$1.402.531, representado por 156.293.356 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O montante líquido das despesas com emissões de ações é de R\$1.379.747. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 160.000.000 ações ordinárias.

b) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício social, ajustado nos termos da legislação societária na forma de dividendos mínimos obrigatórios.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	107.343	85.802
Constituição de reserva legal 5%	5.367	4.290
Base de cálculo dos dividendos	<u>101.976</u>	<u>81.512</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>25.494</u>	<u>20.378</u>
Dividendo adicional proposto	<u>10.767</u>	=

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão destas, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações contábeis, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2015, a parcela referente ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi registrada no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”:

Em 24 de junho de 2015, foi realizada a distribuição de remuneração aos acionistas, sob a forma de dividendos intercalares. O valor bruto distribuído de R\$6.500, correspondeu a R\$0,042 por ação, referente ao saldo de lucros acumulados em 31 de março de 2015.

c) Juros sobre capital próprio

A administração da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de agosto de 2015, a distribuição de juros sobre capital próprio a seus acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$9.709, correspondente a R\$0,062 por ação.

Conforme facultado pela legislação e previsto no Estatuto Social da Companhia, o valor referente aos juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda, foi imputado ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Cálculo do Juros sobre capital próprio:

Descrição	
Lucro líquido até junho de 2015	46.311
(-) Dividendos distribuídos - 2015	(6.500)
(=) Saldo a distribuir	39.811
Juros sobre capital próprio bruto distribuído	9.709
(-) Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(1.310)
Juros sobre capital próprio líquido pagos	8.399

d) Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Reserva de investimentos

Em reunião realizada em 02 de março de 2016 pelo Conselho da Administração, foram apresentadas as demonstrações financeiras e a proposta de retenção de lucros relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, que será submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 07 de abril de 2016. A Assembleia Geral Ordinária que aprovará estas demonstrações financeiras efetuará também as deliberações necessárias.

24. Benefícios a empregados

Previdência Privada

A Companhia é patrocinadora da entidade de previdência complementar denominado e administrado por Itaú Vida e Previdência S.A., a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais, sendo esse plano opcional a todos os empregados da Companhia e da controlada Fleury CPMA. O referido plano é de contribuição definida e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$1.517 (R\$ 1.702 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), registradas em “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

Todos os empregados e dirigentes que mantenham vínculo empregatício ou de administração com a Companhia ou sua controlada podem participar do referido plano. A idade máxima para adesão ao plano é de 60 anos e a idade máxima de permanência é de 70 anos.

O participante do plano poderá efetuar contribuições básicas em percentual inteiro entre 1% e 5% do salário de participação, a serem pagas mensalmente, com valor mínimo de contribuição de R\$20,00 (vinte reais). Além disso, o participante poderá efetuar contribuições voluntárias, a seu exclusivo critério, de periodicidade livre e valores acima de R\$20,00 (vinte reais).

As contribuições da Companhia e da controlada são efetuadas da seguinte forma:

<u>Tempo de vínculo empregatício ou tempo de participação no programa</u>	<u>Contribuição da Companhia</u>
Menor ou igual a 4 anos	50% da contribuição básica do participante
De 5 anos a 9 anos	75% da contribuição básica do participante
Maior ou igual a 10 anos	100% da contribuição básica do participante

Plano de opção de compra de ações

Na AGE de 12 de novembro de 2009, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, autorizando a outorga de opções de compra de ações a colaboradores selecionados pelo Conselho de Administração. As opções outorgadas no âmbito do plano estão limitadas a 3% do total das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

Cada opção de compra dos empregados pode ser convertida em uma ação ordinária do Fleury S.A. no momento do exercício da opção, sendo que esta poderá ser exercida a qualquer momento a partir

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

da data de aquisição de direito até seis anos da data da outorga, quando expiram. Nenhum valor é pago ou será pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções não dão direito a dividendos ou ao voto, até seu efetivo exercício.

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar, em cada outorga, os participantes do plano, bem como o número de ações a serem adquiridas no exercício de cada opção, o prazo de vigência, o preço de exercício, as condições de pagamento e demais condições.

O exercício total das opções poderá ser realizado em, no mínimo, quatro anos a contar da data de assinatura do contrato de opção, em parcelas assim definidas: (a) até 33% do total de ações objeto da opção a partir do final do segundo ano; (b) até 33%, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano, ou até 66% do total das ações, descontadas as já exercidas; e (c) 34% restantes ou até 100% do total de ações a partir do quarto ano.

Os participantes terão o prazo máximo de seis anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

O preço de exercício das opções será baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções foi equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da companhia (“IPO”).

As seguintes outorgas foram realizadas até a data:

Data		Opções de Compras Outorgadas	Preço do exercício das Opções*	<u>Posição em 31/12/2015</u>		<u>Posição em 31/12/2014</u>	
				<u>Quantidade</u>	<u>Preço do exercício</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Preço do exercício</u>
Outorga de 2014	05 de outubro de 2014	1.149.335	14,28	1.018.088	16,01	1.149.062	14,33
Outorga de 2013	30 de abril de 2013	1.189.296	19,74	643.403	24,02	971.268	21,24
Outorga de 2012	2 de maio de 2012	732.746	24,21	282.434	31,26	440.258	27,23
Outorga de 2011	22 de fevereiro de 2011	327.825	25,76	87.303	35,63	153.173	30,38
Outorga de 2010	2 de fevereiro de 2010	552.624	16,00	53.931	23,46	99.799	19,72

* O preço das opções será atualizado pela variação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu uma despesa “pro-rata” desde a data da outorga, no valor de R\$1.936 em Despesas gerais administrativas (R\$2.204, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Receita de prestação de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta	2.087.821	1.869.152	2.097.239	1.879.358
Impostos	(130.013)	(118.219)	(130.546)	(118.796)
Glosas	(66.791)	(73.493)	(66.831)	(73.517)
Abatimentos	(4.902)	(8.145)	(4.902)	(8.145)
Receita líquida	<u>1.886.115</u>	<u>1.669.295</u>	<u>1.894.960</u>	<u>1.678.900</u>

26. Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e médicos	(689.395)	(609.389)	(699.093)	(618.394)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(350.547)	(343.847)	(350.554)	(343.849)
Materiais e terceirizações	(198.104)	(178.796)	(198.104)	(178.796)
Gastos gerais	(53.004)	(48.981)	(53.004)	(48.995)
Depreciação e amortização	(89.358)	(86.778)	(91.319)	(88.887)
	<u>(1.380.408)</u>	<u>(1.267.791)</u>	<u>(1.392.074)</u>	<u>(1.278.921)</u>

27. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal e médicos	(124.741)	(106.540)	(124.749)	(106.540)
Serviços gerais, aluguéis e públicos	(35.554)	(27.152)	(35.554)	(27.152)
Depreciação e amortização	(31.139)	(25.302)	(31.139)	(25.302)
Gastos gerais	(26.076)	(45.928)	(26.076)	(45.928)
Materiais e terceirizações	(4.693)	(4.518)	(4.693)	(4.518)
	<u>(222.203)</u>	<u>(209.440)</u>	<u>(222.211)</u>	<u>(209.440)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Taxa do lixo (a)	(24.417)	-	(24.417)	-
Resultado na baixa/venda de ativos (b)	(10.532)	(297)	(10.605)	(297)
Perdas com clientes	(1.904)	(522)	(1.904)	(522)
Outras	(776)	(817)	(760)	(883)
Reversão de provisão ICMS s/ importação	-	8.734	-	8.734
	<u>(37.629)</u>	<u>7.098</u>	<u>(37.686)</u>	<u>7.032</u>

(a) Taxa do Lixo referente aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, conforme fato relevante publicado em 31 de março de 2015.

(b) Refere-se principalmente a baixa de ativo imobilizado decorrente de inventários realizados nas unidades do RJ e SP e é composta, em sua maioria, por equipamentos médicos.

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	72.508	56.782	72.616	56.820
Atualização monetária de impostos e depósitos judiciais	13.775	3.601	13.844	3.601
Variação cambial	438	107	438	107
Instrumentos financeiros derivativos	-	3	-	3
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(2.545)	-	(2.549)	-
Outros	334	6.105	334	6.105
	<u>84.510</u>	<u>66.598</u>	<u>84.683</u>	<u>66.636</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(124.194)	(109.445)	(124.194)	(109.445)
Juros sobre financiamentos e outros	(8.060)	(2.489)	(8.060)	(2.492)
Atualização monetária de impostos e contas a pagar de aquisição empresas	(7.652)	(8.601)	(7.740)	(8.676)
Atualização monetária de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(3.677)	(2.699)	(3.677)	(2.699)
Taxas e despesas bancárias	(3.499)	(3.444)	(3.520)	(3.456)
Variação cambial	(434)	(892)	(434)	(892)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(12)	-	(12)
Reversão da atualização monetária de impostos	-	10.706	-	10.706
Outros	(214)	(204)	(217)	(207)
	<u>(147.730)</u>	<u>(117.080)</u>	<u>(147.842)</u>	<u>(117.173)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(63.220)</u>	<u>(50.482)</u>	<u>(63.159)</u>	<u>(50.537)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

30. Lucro por açãoLucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	107.343	85.802
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	156.293.356	156.293.356
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	<u>156.293.356</u>	<u>156.293.356</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,69</u>	<u>0,55</u>

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia teve ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício conforme relativo ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, como segue:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	107.343	85.802
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	156.293.356	156.293.356
Ajuste por opções de compra de ações	<u>1.576.792</u>	<u>971.583</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro por ação diluído	<u>157.870.148</u>	<u>157.264.939</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>0,68</u>	<u>0,55</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Informações por segmento de negócios

A Administração do Grupo Fleury efetua análises baseada em três segmentos de negócios relevantes: Medicina Diagnóstica, Medicina Integrada e segmento Dental. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos.

	Exercício findo em 31/12/2015				Exercício findo em 31/12/2014			
	Medicina Diagnóstica	Medicina Integrada	Dental	Consolidado	Medicina Diagnóstica	Medicina Integrada	Dental	Consolidado
Receita líquida	1.585.541	309.419	-	1.894.960	1.390.128	288.772	-	1.678.900
LAJIDA	313.126	44.854	-	357.980	270.747	37.561	-	308.308
Resultado de equivalência da controlada indireta	-	-	38	38	-	-	16	16
Resultado de equivalência do Cruzeiro do Sul	78	-	-	78				
Depreciação e amortização	-	-	-	(122.457)	-	-	-	(114.189)
Resultado financeiro	-	-	-	(63.159)	-	-	-	(50.537)
LAIR	-	-	-	172.480	-	-	-	143.598
Ativo total	-	-	-	3.203.997	-	-	-	3.077.690
O ativo total inclui:								
Ágio	1.094.240	214.910	-	1.309.150	1.105.143	214.910	-	1.320.053
Marca	8.222	767	-	8.989	9.239	941	-	10.180
Contratos	-	89.974	-	89.974	-	105.851	-	105.851
Ativos não alocados	-	-	-	1.795.884	-	-	-	1.641.606

De acordo com a norma contábil CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto a controlada indireta "Papaiz" é avaliada pelo método de equivalência patrimonial por possuir controle compartilhado. Segue abaixo abertura do segmento Dental:

	31/12/2015	31/12/2014
Receita líquida	7.497	7.442
Resultado operacional	926	1.261
Depreciação e amortização	(283)	(242)
Resultado financeiro	(215)	(156)
Lucro antes dos impostos	428	863
Imposto de renda e contribuição social	(390)	(847)
Lucro líquido	38	16

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de efetuar cobertura de seguros de forma global para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados. O prêmio líquido das apólices de seguros da Controladora vigentes em 31 de dezembro de 2015 é de R\$644. Os contratos possuem prazo de vigência até dezembro de 2016. A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2015:

	<u>Consolidado</u>
Riscos operacionais	R\$ 368.000
Responsabilidade civil	R\$ 35.500
Transporte internacional - importação	US\$ (mil) 500
